

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DO PLS DO ANO DE 2023

LOCAL	DATA	INÍCIO	FIM
Reunião pelo aplicativo Google Meet	05/09/2023, terça-feira	15h06min	16h56min

PAUTA

- Ações do PLS
- IDS – Indicadores de Sustentabilidade 2023
- Autorizar e revisar as metas do plano de ação do PLS do TRE-MA.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de 2023, o Juiz Auxiliar da Presidência, Marcelo Moreira, deu início à 3ª reunião deste ano do Plano de Logística Sustentável 2021-2026. Seguindo-se à explanação da pauta pela servidora Ingrid Janaina Castro Viégas, Assistente do Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade-NSA, com o auxílio do servidor Gilberto Martins Moreira.

Primeiramente foram apresentadas as três **ações concluídas em 2023**, até o momento, a seguir relacionadas:

- ✓ Semana do meio Ambiente 05/2023
- ✓ Regulamentar o descarte de material nas Zonas Eleitorais
- ✓ Regulamentar o consumo de papel

Dando prosseguimento, a mencionada servidora apresentou as **ações iniciadas** em 2023, quais sejam:

Fortalecer o programa da semana do servidor com capacitações e vivências – ação que ocorre anualmente e que a Secretaria de Gestão de Pessoas está dando andamento, encontrando-se com percentual de execução de 55% até o presente momento, devendo chegar a 100% até o final do ano de 2023.

Implementar ao menos 04 capacitações anuais afetas aos ODS da Agenda 2030 – esta ação está com percentual de 75% de execução, faltando a capacitação de Libras para os servidores, que é obrigatório pelo CNJ, a qual a Secretaria de Gestão de Pessoas deverá disponibilizar até novembro do corrente ano.

Implementar capacitações com o tema equidade e diversidade- o Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade, na pessoa da servidora Ingrid Viégas, relatou que está com dificuldade de realizar as palestras sobre este tema, desde o ano passado, e informa a Secretaria de Gestão de Pessoas, que é necessário implementar, ainda este ano, pelo menos uma capacitação relacionada a este tema.

Contratação de usinas de geração fotovoltaica – os estudos para a contratação dessas usinas foram iniciados, a princípio era que fosse feito via pregão, mas foi verificado que só poderia ser via concorrência, porém este tipo de licitação é muito demorado. Assim, a servidora Ingrid informa que está tentando aderir a uma ata e que o orçamento seja executado ainda este ano.

Aquisição de lixeiras seletivas – o NSA está fazendo aquisição de cerca de 180 lixeiras para coletas seletivas do lixo reciclado, não reciclado, bem como para pilhas e baterias. Os artefatos finais estão sendo analisados pela SELIC, por meio de cotação eletrônica, com dispensa de licitação. O servidor, Gilberto Martins, relatou que, provavelmente, no mês de outubro o processo já estará finalizado, pois trata-se de um processo rápido que tem um valor pequeno de R\$15.000,00 (quinze mil reais).

Fortalecer a parceria com os Órgãos da Ecoliga no período Eleitoral conseguindo carros cedidos para os trabalhos necessários da Justiça Eleitoral;

Ampliar o uso do sistema de logística integrada de veículos com os integrantes da ecoliga.

Estas duas ações são da SEGET em parceria com o NSA. O servidor do NSA, Gilberto Martins, elaborou o manual do sistema LIV para compartilhar com os órgãos e algumas viagens já foram cadastradas nesse sistema pelos servidores da SAF, porém falta aos representantes da Ecoliga, dos demais órgãos, um certo empenho na divulgação do projeto. O Juiz, Marcelo Moreira, comentou que o TRE/MA encaminhará ofício aos outros Tribunais e aos representantes dos demais órgãos que compõem a Ecoliga, com a finalidade de fazer o projeto deslançar.

Implementar sistema que gerencie a impressão de papel em todo o Tribunal – este sistema irá monitorar quantas folhas foram impressas por cada servidor, bem como o que foi impresso. O Secretário de Informática, Gualter Lopes, informa que esta ação teve um ponto de parada, mas o processo já foi retomado, porém com repactuação de prazo.

Quanto às **ações não iniciadas**, são as seguintes:

Campanha de conscientização para economizar energia – a servidora Ingrid solicita ao Juiz Marcelo Moreira para excluir esta ação da COIMC, tendo em vista que perdeu o objeto. O referido pedido foi deferido.

Sistema de monitoramento remoto de ares condicionados.- requer, também, a servidora Ingrid repactuação do prazo desta ação, para que seja iniciado os estudos técnicos em setembro de 2023 e finalizado em 30.07.2024. Pedido também deferido.

Plano de Compensação de Emissão de CO2. – o servidor Gilberto Martins explana que optou por não proceder à licitação, foi usado o orçamento que já tinha, porque o TSE convidou este Tribunal para fazer parte do trabalho nacional de elaboração de inventários de emissão de gases. Discorre que será uma iniciativa fabulosa e que será o primeiro ramo da justiça que vai ter um inventário nacional de emissão de gases do efeito estufa.

Participação no Edital de PEE da concessionária de energia elétrica local. – relata, ainda, quanto a esta ação, que este ano não foi lançado edital com adesão ao poder público e a última vez que este Tribunal participou foi quando teve uma ação conjunta da ecoliga, deste Tribunal, UFMA, TRT, onde exigiu-se da equatorial que fosse feita uma abertura para o poder público, pois, por lei, a equatorial tem que abrir o edital de eficiência energética para a população e liberar um percentual de lucro deles para programa de eficiência energética. Diante dessa situação, o Juiz Marcelo Moreira informa que fará contato, via telefone, com o Diretor da Equatorial para marcar uma reunião para tratar deste assunto.

Ampliação do sistema de reuso de água dos condicionadores de ares. – o servidor Leonardo Andrade, Chefe da SEMAP, informa que depende de um estudo técnico preliminar de um projeto mais amplo para verificar a possibilidade, pois hoje já se utiliza uma parte da água de condensação dos equipamentos dos ar condicionados do prédio anexo, para regar o jardim da área de estacionamento do prédio sede e que a empresa terceirizada de jardinagem informa que a água já coletada é suficiente para regar o jardim. Foi até pensado em fazer uma coisa maior, que envolvesse além de regar o jardim, também a descarga dos vasos sanitários, mais precisaria de um estudo maior e como estão com bastante demanda, em decorrência da reforma do Fórum de São Luís, não conseguiram efetivamente fazer esse estudo. Diante dessa situação, a servidora Indira se propõe fazer contato com o Instituto de Porangaba/SP, o qual já tem projeto pronto de reutilização de água, para ser aproveitado por este Tribunal.

Reduzir os gastos anuais com alterações de leiaute. – Gilberto Martins discorre que esta ação já tem Sei aberto, já tem comissão de trabalho, já foi autorizado pelo Diretor e está em fase de elaboração de minuta de regulamentação de como pode ser alterado o leiaute para, posteriormente, ser passada para a equipe analisar.

Estudo para ampliação do sistema eletrônico de segurança. – a servidora Ingrid discorre, a pedido do Chefe da Segurança, que esta ação não vai ser possível para este ano, por questões de ausência de projeto, e pede que o prazo seja repactuado para o próximo ano, no período de 01/02/2024 a 01/12/2024. Sendo assim deferido.

Por conseguinte, quanto aos **Indicadores de Sustentabilidade IDS 2023**, dispõe-se que:

A servidora Ingrid mostra a todos que acompanham a reunião, o resultado do IDS deste ano e informa que a Justiça Eleitoral do Maranhão, em 2020, ocupou a 11ª posição, em 2021 ocupou a 24ª posição e em 2023, a 18ª posição, ganhando, assim, 20 pontos, mas que almeja aumento desses pontos no próximo ano.

Mostra, ainda, uma tabela com indicadores mensais, relativos a consumo de energia e consumo de papel, informando que este Tribunal está, até o momento, dentro da meta estabelecida.

Com relação aos indicadores que este Tribunal falta melhorar, segue a relação abaixo:

Indicador 13.7 – Quantidade de usuários por veículos de serviço em 2022 e;

Indicador 13.8 – Quantidade de usuários por veículos de uso exclusivo do magistrado em 2022:

Sobre estes dois indicadores, a servidora Marlene, informa que o Tribunal possui atualmente 54 veículos e que tem 19 veículos para serem leiloados, após o leilão, este Tribunal ficará com 35 veículos, o que reduzirá consideravelmente a quantidade. Tendo em vista, que ainda não foi realizado o leilão desses 19 veículos, decidiu-se que o NSA juntamente com o servidor Franklin, faria uma consulta ao CNJ sobre a possibilidade de inserir uma observação no questionário do CNJ para que considerasse de imediato a baixa desses veículos que estão em desuso e destinados a leilão.

Indicador 13.14 – Gastos com contratos de agenciamento de transporte terrestres por ramo de justiça em 2022:

Tendo em vista o alto valor gasto deste Tribunal com este indicador, em relação aos outros tribunais do mesmo porte, ficou decidido que o servidor Gilberto Martins fará uma pesquisa com os tribunais do mesmo porte deste, para poder definir com mais precisão do que se trata, abrange, exatamente este indicador, e, na próxima reunião, que será em outubro, ser discutido sobre.

Indicador 9.1 – Gastos com reforma por metro quadrado em 2022:

A servidora Ingrid relata que este indicador precisa ser melhorado, mas como já existe a ação de reduzir os gastos anuais com alterações de leiaute, esta já pode influenciar essa questão de reforma.

Indicador 16.13 – Percentual de contratações com critério de sustentabilidade em 2022:

O Coordenador Sherlan informa que em 2022 foi atualizado o normativo interno já alinhado à Resolução nº 400 do CNJ, mas tendo em vista que este indicador precisa melhorar, foi sugerido pelo Diretor que o servidor Sherlan fizesse uma reanálise nos contratos da engenharia para averiguar se contém critérios de sustentabilidade e, caso não tenha, que seja inserido uma cláusula mínima que seja ambiental e que o NSA oficiasse ao servidor Sherlan acerca dos critérios mínimos de sustentabilidade para as licitações e também fizesse um normativo especificando os critérios de sustentabilidade e enviasse para a aprovação da Diretoria para posteriormente ser encaminhado às unidades.

Por fim, a servidora Ingrid solicita ao Diretor Mário Lobão a aprovação da comissão, tendo em vista que a cada dois anos as metas do PLS deste Tribunal precisam ser revisadas e solicita também autorização para que sejam feitas reuniões com as unidades, para na próxima reunião trazer as novas metas estabelecidas para a aprovação da comissão, sendo autorizado por aquele.

Nada mais a tratar, o Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável 2021-2026, Diretor Mário Lobão, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16h56min do dia 05/09/2023.

Eu, Luciana Vasconcelos Araújo, lavrei esta Ata e eu, Ingrid Janaina Castro Viégas, li e aprovei.

PRESEÇA	
NOME	CARGO E/OU UNIDADE
COMISSÃO GESTORA DO PLS E DEMAIS CONVOCADOS	
MÁRIO LOBÃO CARVALHO	DIRETOR-GERAL E PRESIDENTE DA COMISSÃO
MARCELO MOREIRA	JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA
DIEGO RODOLFO ABREU SILVA	SECRETÁRIO DA JUDICIÁRIA
GILBERTO MARTINS MOREIRA	NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE
GILSON RODRIGUES BORGES	SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS
GUALTER GONÇALVES LOPES	SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
INDIRA MUNIZ DE ARAÚJO E SOUSA	ASSESSORA DO GRUPO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS
INGRID JANAINA CASTRO VIEGAS	ASSISTENTE DO NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE
JOSÉ DE RIBAMAR BORGES	COORDENADOR DE SERVIÇOS, INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO PREDIAL
LAIANA CRISTINA HOLANDA DE OLIVEIRA	ASSESSORA-CHEFE DA CORREGEDORIA
LEANA BATISTA NEVES	SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEONARDO ANDRADE DE SOUSA	CHEFE DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
MARLENE PINHEIRO DINIZ	COORDENADORIA DE SERVIÇOS, INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO PREDIAL
SHERLAN BUHATEM ANUNCIAÇÃO	COORDENADOR DE LICITAÇÕES, AQUISIÇÕES E CONTRATOS
THIAGO JOSÉ DE OLIVEIRA FREITAS	SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA